

Mais forte foi o repúdio da sociedade

Bolsonaro tentou manter o aprendiz de nazista no cargo

Fotomontagem HP

Copiou fala, trejeitos e cenário de Goebbels e teve anuência do chefe

Na véspera tinha feito altos elogios ao seu "secretário de verdade" e dado carta branca para o "Goebbels de araque" implantar a visão tacanha do bolsonarismo na Cultura. É sintomático que o ex-secretário de Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, tenha se identificado com uma das figuras mais sinistras

e odiosas do terror nazista. Joseph Goebbels era um dos assassinos mais alucinados e sanguinários do regime alemão. Chegou a substituir Hitler quando este, ainda em liberdade condicional, estava impedido de falar em público após o fracassado Putsch da Cervejaria. O repúdio veio dos mais diversos setores da sociedade brasileira e da comunidade internacional. **Página 3**



HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.741 22 e 23 de Janeiro de 2020



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Política de privatização da Previdência leva caos a INSS

Facebook

Flávio manobra para paralisar a investigação de seus crimes

Muito próximo de ser denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por lavagem de dinheiro e peculato, o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, tenta outra cartada para se livrar das ações da Justiça. Entrou no dia 18 de dezembro com um novo pedido, o quarto, junto ao STF, para que as investigações de seus crimes e de seu operador, Fabrício Queiroz, sejam paralisadas. **Página 3**



Benjamin Ferencz, o procurador-chefe dos julgamentos de Nuremberg.

“EUA violou lei internacional ao assassinar Suleimani”, diz Promotor de Nuremberg

O recente assassinato do general Qassem Suleimani, comandante militar do Irã, representou “claramente” uma violação da “lei nacional

e internacional” pelos Estados Unidos, denunciou Benjamin Ferencz, único promotor vivo entre os que participaram dos julgamentos de nazistas

por tribunais americanos em Nuremberg, na Alemanha. Para ele, a ordem de Trump é a opção dos que preferem “guerra à lei”. **Página 7**

Em meio ao caos instalado nos serviços de aposentadorias e benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o governo publicou por meio de decreto, a inclusão da Dataprev no programa de privatização do governo federal. O decreto foi publicado no Diário Oficial na quinta-feira (16). A Dataprev é a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social, responsável pelo processamento

do pagamento mensal de cerca de 35 milhões de benefícios previdenciários. Junto ao desmonte da Dataprev, o governo também iniciou desde o ano passado o desmantelamento do INSS, mantendo um número reduzidos de funcionários, assim como a aniquilação de sua estrutura, até chegar à situação atual em que cerca de 2 milhões de pessoas não têm atendidos os seus pedidos. **Página 5**

“A merdocracia neoliberal neofascista está aí para quem quiser ver”, declara juiz Neto

O Instituto Nacional de Advocacia (Inad) - uma Ong com sede na Barra da Tijuca, Rio - não tem razão para pedir a punição do juiz Jeronimo Azambuja Franco Neto por sua fundamentação na sentença da causa do Sindicato

dos empregados de hotéis de São Paulo contra o restaurante “Recanto da XV”. Para o juiz, “a merdocracia neoliberal neofascista está aí para quem quiser ou puder ver. A ela esta decisão não serve, pelo contrario”. **Página 3**

Engenheiros contestam as mentiras de Mattar sobre Eletrobrás: estatal tem apresentado lucros bilionários

A Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel) contesta as afirmações do secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, de que a estatal está endividada e por isso tem que ser privatiza-

da, sob risco do governo ter que injetar R\$ 14 bilhões por ano na Eletrobrás. “A Eletrobrás não é uma empresa deficitária. Em 2018 registrou lucro recorde de R\$ 13,3 bilhões e até o terceiro trimestre de 2019, R\$ 7,6 bilhões”, declarou a entidade. **P.2**

Auxiliar de Guedes vira réu por arrombar Fundo de Pensão

INSS: política de privatização da Previdência leva serviço ao caos



Mobilização está marcada para março. Servidores convocam ato contra sucateamento do setor público

Os servidores públicos federais aprovaram em Assembleia Geral do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), realizada nesta terça (14), um dia nacional de mobilizações contra o sucateamento dos serviços públicos e da precarização das relações de trabalho do funcionalismo apresentados no pacote de medidas do governo Bolsonaro. As mobilizações estão convocadas para o dia 18 de março em todo o país.

Os servidores repudiam o Plano Mais Brasil, apresentado pelo ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes, no fim do ano passado que, dentre outros pontos, propõe a redução de até 25% da jornada do funcionalismo, com corte proporcional dos salários, entre outras medidas.

Em nota divulgada pelo Fonacate, nesta quarta-feira (15), o funcionalismo explica que a qualidade e a eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão “dependem de um governo comprometido com o fortalecimento do Estado Social, o que não se vê hoje no Brasil, ao contrário, nos discursos oficiais a tônica é a redução e a precarização do atendimento ao cidadão, a exemplo da dramática situação daqueles que aguardam há meses a concessão de benefícios previdenciários.”

Para o presidente do Fonacate e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudinei Marques, “não podemos assistir a esse desmonte do Estado brasileiro e a criminalização dos servidores públicos e não fazer nada. Os cidadãos precisam de bons serviços públicos, de pessoas qualificadas nos atendimentos prestados, de educação, de saúde. Estamos com diversas carreiras devassadas, sem concursos há anos. Defendemos o concurso público e o serviço público como essencial para a sociedade brasileira”.

Os servidores também questionam no Supremo Tribunal Federal – por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) – a constitucionalidade de dispositivos da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 3) que tratam das alíquotas progressivas, da possibilidade de aumento da base de cálculo da contribuição previdenciária paga por aposentados e pensionistas e a contribuição extraordinária. A ADI foi proposta pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

“Temos que conversar com os ministros do STF para que apreciem essa ação o quanto antes, pois em março já poderemos ter aumento das alíquotas e a consequente redução salarial”, explicou o secretário-geral do Fonacate e presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Marcelino Rodrigues.

As atividades contra a reforma administrativa e as pautas de ataque ao funcionalismo, aprovadas na Assembleia, começam em fevereiro com a participação do Fonacate de audiências públicas no Congresso e com lançamento de materiais sobre a realidade do serviço público.

Medida que liberou o FGTS deixa trabalhador sem seguro-desemprego

Os trabalhadores recém-desempregados que fizeram o Saque Imediato do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estão com o pagamento do seguro-desemprego bloqueados pelo governo. Para conseguir a liberação do seu seguro, o trabalhador terá que entrar com um recurso e poderá demorar até 3 meses para a receber a primeira parcela.

Os bloqueios dos benefícios se deve à recente liberação do saque do FGTS que gerou uma divergência no sistema, que mostra que o trabalhador já fez o saque do FGTS, impedindo a entrada no seguro-desemprego.

O Saque Imediato foi uma das medidas do governo Bolsonaro que liberou o saque de até R\$ 500 para o trabalhador que possui conta do FGTS, ativas ou inativas, de setembro de 2019 à março de 2020.

Porém, toda movimentação que ocorre no Fundo interfere no recebimento do seguro-desemprego. Assim, se o trabalhador realizar algum saque no FGTS, por outro motivo que não seja rescisão do contrato de trabalho, o seguro-desemprego é notificado bloqueando o saque e o beneficiário terá de entrar com um recurso administrativo para ter o benefício liberado. Isso acontece

porque, no cadastro do Ministério da Economia, constará mais de uma informação sobre sua conta.

A assistente social Vanessa Fernandes, de 36 anos, tentou dar entrada no seguro-desemprego no último dia 7 de janeiro após ser demitida no Natal. Ela trabalhou por 17 anos com carteira assinada e nunca havia solicitado seguro-desemprego e descobriu que tinha que entrar com o chamado “recurso 557” porque o dinheiro do saque imediato do FGTS havia sido depositado automaticamente em sua conta poupança da Caixa, bloqueando o acesso ao benefício.

Vanessa recebeu, na Superintendência Regional do Trabalho, a informação de que era preciso fazer um recurso para contestar o bloqueio do benefício por causa da liberação do saque imediato. O recurso será analisado caso a caso, mas que em torno de 60 dias receberia a primeira parcela do seguro-desemprego. O prazo normal é de 30 dias, aproximadamente.

“Ocorre que é um prazo muito grande, que prejudica esses trabalhadores que contam com esse valor para manutenção da família”, afirma a advogada trabalhista, Bianca Canzi.



Governo anunciou o fechamento de metade da estrutura da instituição. Governo vetou concurso para repor 6 mil funcionários que se aposentaram em 2019

Os milhões de aposentados, pensionistas e trabalhadores afetados com as filas para atendimento no INSS é o estouro de uma “bomba” anunciada e revela o fracasso do modelo que vem sendo implementado pelo governo Bolsonaro, de desmonte do Estado e do serviço público a qualquer custo, em total descaso com a população.

A corrida desesperada da equipe econômica de Guedes, agora, para tentar debelar o caos que tomou conta de um dos setores mais sensíveis da sociedade, com a contratação de militares da reserva para atendimento nos postos do INSS, só revelam a ineficiência e a bagunça que reina no governo.

Segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal (PEP), entre janeiro e novembro de 2019, 6.007 funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social se aposentaram, sem nenhuma contratação. O governo também já iniciou o corte de 50% da estrutura do órgão e o

fechamento de agências do INSS, que deve chegar a 500 até julho.

Além disso, 20 unidades regionais do Dataprev, empresa que processa os dados de 35 milhões de aposentados, serão fechadas, e nesta quinta-feira (16), o governo incluiu a empresa de tecnologia no programa de privatização.

A bagunça é tanta que, nesta mesma manhã, o governo autorizou a atuação do insignificante número de 49 servidores do Dataprev para se somarem à força-tarefa que está sendo montada para apagar o fogo no INSS. É muita esculhambação para um governo só.

A aposta de Guedes, com ajuste fiscal e redução do gasto governamental, é focar no que eles chamam de “modernização”, com automação e digitalização dos serviços, mas nem disso sua equipe dá conta, visto que uma das razões das filas nos pedidos de aposentadoria é que, até agora, o sistema não foi adaptado às novas regras

da reforma da Previdência.

O desastre que vemos agora já era previsto até pelo Ministério Público Federal (MPF), que em 2019 entrou com uma Ação Civil na Justiça por novas contratações no INSS. Na ação, o MPF calculou que a autarquia perderia mais de 4 mil servidores a qualquer momento e que o déficit no órgão para atender às demandas da população e ao aumento dos acessos ao INSS com a reforma da Previdência chegaria a quase 20 mil funcionários.

Enquanto isso, o governo continua firme em sua decisão de não autorizar novos concursos públicos e as filas de espera de cerca de 2 milhões de pedidos de aposentadoria, benefícios de assistência ao idoso, deficiente de baixa-renda, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-doença vão continuar em compasso de espera até setembro, como admite o próprio governo, mesmo com a contratação dos militares.

“Situação no INSS é resultado do desmonte do serviço público no país”, denunciam servidores

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) repudiou em nota, divulgada nesta sexta (17), a indicação de militares para assumir atribuições específicas de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Fórum aglutina entidades representativas de servidores públicos das mais diferentes áreas do funcionalismo ligadas às áreas de segurança pública, fiscalização e regulação do mercado, advocacia pública, fiscalização agrária, ministério público, diplomacia, legislativo, arrecadação e tributação, proteção ao trabalhador e à saúde pública, inteligência de Estado, e etc.

O governo Bolsonaro anunciou nesta semana que pretende colocar 7 mil militares da reserva para tentar eliminar a bagunça que ele próprio provocou, com sua política de privatização, no atendimento aos milhões de aposentados e pensionistas que penam nas filas do INSS para dar entrada em suas aposentadorias ou receber seus benefícios.

O anúncio provocou o repúdio de diversos setores da sociedade que condenam o desmonte das instituições públicas que o governo tem promovido, e advertem que o órgão precisa ser fortalecido com abertura de concursos públicos, valorização dos servidores e de carreiras.

Para o Fonacate, “essa situação escancarou os efeitos nefastos do desmonte do serviço público em curso no país, que resulta em prejuízos à população, em



especial aos mais pobres, e evidência do despreparo do governo e a falta de planejamento adequado, que podem gerar um apagão em órgãos essenciais ao Estado.”

A nota diz ainda que “delegar as atividades complexas do INSS a militares não trará respostas adequadas à crise no atendimento, pelo contrário, deve sobrecarregar os servidores do órgão, que serão desviados de suas funções para treinar os convocados.”

O Fonacate denuncia que há um processo de diminuição do efetivo no Executivo Federal, que se agravou a partir de 2016 com envio ao Congresso da reforma da Previdência (PEC 287), se intensificando ainda mais com o governo Bolsonaro.

“É oportuno alertar sobre a defasagem também em outros órgãos. Na Receita Federal, por exemplo, faltam 21.471 servidores. A Controladoria-Geral da União atua com um quadro funcional 61,5% menor do que a lotação ideal, situação que se repete no Banco Central do Brasil, onde a defasagem de pessoal é de 43,9%, e

Cerca de 2 milhões de pessoas não têm os seus pedidos atendidos pelo INSS

Em meio ao caos instalado nos serviços de aposentadorias e benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o governo publicou por meio de decreto, a inclusão da Dataprev no programa de privatização do governo federal. O decreto foi publicado no Diário Oficial nesta quinta-feira (16).

A Dataprev é a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social, responsável pelo processamento do pagamento mensal de cerca de 35 milhões de benefícios previdenciários, do seguro-desemprego e de informações previdenciárias da Receita Federal.

Na semana passada, o governo já havia anunciado o encerramento das atividades da empresa em 20 unidades regionais, e a demissão de 493 funcionários.

Junto ao desmonte da Dataprev, o governo também iniciou desde o ano passado o desmantelamento do INSS, mantendo um número reduzido de funcionários, assim como a aniquilação de sua estrutura, até chegar à situação atual em que cerca de 2 milhões de pessoas

não têm atendidos os seus pedidos de aposentadorias, pensões, auxílios-doença e maternidade, e nem mesmo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo a idosos e deficientes de baixa renda.

A política de privatização escancarada sobre órgãos responsáveis pela Previdência ficou estampada com o não preenchimento do quadro de funcionários. Segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal (PEP), entre janeiro e novembro de 2019, 6.007 funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social se aposentaram. Nenhuma contratação foi feita para repor a mão de obra.

“Ao contrário, mesmo com o alerta feito pelo Ministério Público Federal (MPF), que, no ano passado, entrou com uma Ação Civil na Justiça por novas contratações no INSS, e das entidades de servidores que atuam no setor, o governo se recusou a realizar concursos públicos.”

Em paralelo à redução de pessoal, o instituto iniciou este ano fechando metade de suas agências. O resultado foi milhões de pessoas desassistidas.

“Militares no INSS? Não tem cabimento”, afirma ex-ministro, general Santos Cruz

Agora, como “medida de salvação”, o governo diz que irá convocar 7 mil militares da reserva. A medida causou desconforto até mesmo nos meios militares. Segundo um oficial ouvido pelo jornal Estadão, as Forças Armadas estão sendo tratadas como “posto Ipiranga”, numa situação em que são recrutadas para resolver problemas.

Nesta quinta-feira, 16, o ex-ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, se manifestou sobre a decisão do governo: “Militares no INSS? Não tem cabimento. Os funcionários do INSS sabem dar as ideias para a solução. Tem que valorizar a instituição e as soluções irão aparecer. Colocar militares para qualquer coisa é simplismo, falta de capacidade administrativa. É obrigação valorizar as instituições”, disse.

Entidades de servidores também repudiaram a medida, alertando ainda para a preocupação em relação à segurança e sigilo de dados estratégicos para o

país que empresas como a Dataprev dominam.

“A opção do governo Bolsonaro, quando chama militares da reserva para o INSS e decide privatizar esta importante empresa de TI, entregando os dados da população a grandes empresários do setor privado da Tecnologia da Informação, demonstra extremo desprezo pelo serviço público”, diz um diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de TI no Brasil.

“A Dataprev tem 15 bilhões de dados de vínculos e remunerações que constam no CNIS [Cadastro Nacional de Informações Sociais]. Nossos 720 sistemas têm todo o cadastro da Previdência Social, todos os vínculos dos trabalhadores, dos empréstimos consignados. Entregar todas essas informações, que envolvem a vida das pessoas, é uma coisa absurda”, diz Maria do Socorro, diretora da Fenadados, que também é presidente do Sindicato dos Empregados em Processamento de Dados no Maranhão.

Defasagem da tabela do Imposto de Renda é inconstitucional, diz OAB

A defasagem de 104% na tabela do Imposto de Renda, ampliada com inflação de 4,31% divulgada pelo IBGE, “penaliza principalmente aqueles contribuintes de baixa renda que estariam na faixa de isenção” e agride a Constituição, afirma o jurista Breno de Paula, que é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Há 23 anos sem compensação de perdas pela inflação, o valor mínimo para que alguém seja isento de pagar o Imposto de Renda é hoje R\$ 1.903,98, mas deveria ser R\$ 3.881,65.

“Essa diferença penaliza principalmente aqueles contribuintes de baixa renda que estariam na faixa de isenção, mas que, devido à defasagem existente, entram na faixa da menor alíquota, de 7,5%”, explica o jurista.

Breno é membro da Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB e professor

Xi Jinping: Melhorar a conduta do Partido na China, construir um governo limpo e combater a corrupção

O artigo que ora publicamos, escrito em 12/01/2016, integra o segundo volume da coletânea "A Governança da China", discursos e textos de autoria do líder Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da República Popular da China.

O livro, lançado no Brasil em 29 de outubro último, em cerimônia realizada no Palácio dos Bandeirantes, traz o conteúdo principal do pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características

chinesas.

No capítulo da ética na política, seguindo as melhores tradições do comunismo internacional, Jinping ressalta a incompatibilidade absoluta entre a ideologia comunista e a corrupção, bem como a necessidade de um combate implacável à própria corrupção e às condutas nocivas a ela associadas: degeneração política, cobiça pelo vil metal, vida decadente, hedonista e extravagante.

XI JINPING

Nosso partido é a chave para o sucesso da fase decisiva da materialização de uma sociedade moderadamente próspera. Nós nos comprometemos a "ser um forjador forte para fazer o ferro" e também a administrar de forma integral e rigorosa o Partido. Nos últimos três anos, empenhamo-nos em resolver os problemas de indulgência, afrouxamento e fraqueza na administração e na disciplina do Partido e em estabelecer mecanismos dissuasivos, de modo que ninguém possa, deseje ou ouse se corromper. Com isso a tendência esmagadora da luta contra a corrupção está ganhando forma.

A determinação do Comitê Central do PCC para combater a corrupção não mudou, tampouco mudou o seu objetivo de frear a tendência de propagação de fenômenos de corrupção. Todos os camaradas do Partido devem ter confiança suficiente na determinação do Comitê Central para levar adiante essa luta, nos seus resultados obtidos, na energia positiva que esta luta tem fornecido e no brilhante futuro da luta anticorrupção.

Ao mesmo tempo, devemos estar cientes de que continuamos enfrentando uma situação severa e complexa na construção da conduta do Partido e do governo limpo, assim como no combate à corrupção. Analisando os casos de violação da disciplina e da lei por parte dos quadros de alto escalão investigados desde o 18º Congresso Nacional do Partido em 2012, grande parte dos corruptos cometeram ao mesmo tempo erros de degeneração política, cobiça por interesses econômicos, vida decadente e estilo arbitrário no trabalho. Desde o 18º Congresso Nacional do Partido, o Comitê Central tem exigido repetidamente que os quadros dirigentes cumpram rigorosamente a disciplina e as regras políticas. No entanto, alguns ignoram essas exigências, criam camarilhas em benefício próprio, estabelecem facções e se entregam à busca por poder e cargos; alguns, sabendo que a organização não os indicou como candidatos ao próximo mandato, ordenam seus seguidores a fazerem propaganda e buscarem votos para eles e praticam atividades à margem da organização; alguns, com grandes ambições políticas, apregoam o desejo de "entrar em Zhongnanhai (sede da liderança central) quando vivos" e "entrar no Cemitério de Babaoshan quando mortos"; alguns transformam a localidade de seu governo em um "reino independente", criam panelinhas, promovem facções, acatam em público as decisões do Comitê Central e as desatam no particular, além de utilizar todos os meios para concretizar suas ambições políticas individuais.

Estes problemas são vitais

e dizem respeito à segurança política do Partido e do Estado. Acaso não é esta uma questão política? Ainda devemos guardar silêncio sobre esta questão ou falar dela de maneira evasiva? "Arde o desejo para ver os pinheiros novos crescendo mil metros de altura, assim como o desejo para ver os bambus daninhos serem cortados pela raiz por mais numerosos que sejam". Se não erradicamos o mal pela raiz, ele pode renascer a qualquer momento como se fosse um fogo sob cinzas apagadas que ressurgiu aproveitando o sopro do vento, o que não só deteriorará nosso entorno político como também prejudicará a confiança dos militantes e do povo no Partido. Se houver uma recaída para o mal ou o ressurgimento da corrupção, o povo ficará decepcionado. Por isso, não assumimos uma promessa por mera medida circunstancial, mas temos de honrá-la verdadeiramente.

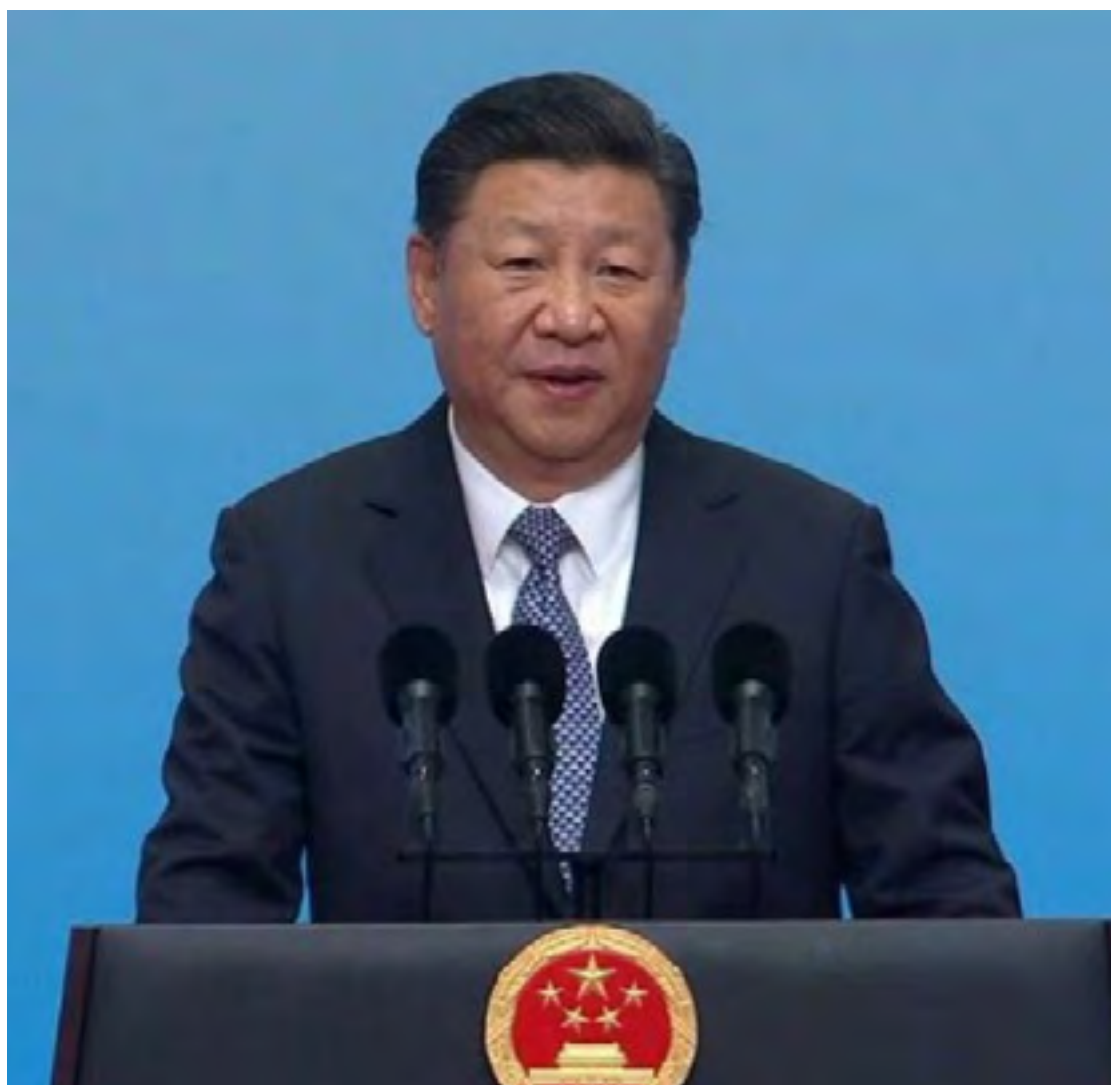
Atualmente, o problema da corrupção ainda existe. Alguns quadros, confiantes ainda na sorte de escapar, usam a "tática do movimento torneante" e continuam a vender cargos oficiais, conceder terrenos, disputar projetos ilegalmente e receber subornos em milhões, dezenas de milhões e até centenas de milhões de yuans por meios ilícitos; alguns tentam mentir e resistir ao Partido, escondem os subornos e bens desfalcados e combinam em conluio com outros envolvidos na tentativa de fugir da punição da disciplina do Partido e da lei do Estado. Eles provocam propositalmente alguns ruídos na sociedade para criar confusão na opinião pública, imaginando que possam aproveitá-la para escapar. Aparentemente, as "quatro condutas nocivas" — formalismo, burocratismo, hedonismo e extravagância — foram reprimidas, mas ainda não desapareceram totalmente. Muitos dos quadros dirigentes investigados e sancionados desde o 18º Congresso Nacional do Partido não desistiram do hedonismo e da extravagância, continuando a se entregar aos prazeres, banquetes e luxúria. Eles continuaram seguindo o caminho errado, e alguns praticavam as "quatro condutas nocivas" sob novas formas. A realidade demonstra que a administração integral e rigorosa do Partido continua sendo uma tarefa árdua e que precisamos manter uma alta pressão contra a corrupção.

Em 2016, devemos trabalhar conforme as exigências gerais para a construção da conduta do Partido e do governo limpo e para o combate à corrupção, isto é:

— implementar plenamente os princípios orientadores determinados pelo 18º Congresso Nacional do Partido e pelas 3ª, 4ª e 5ª sessões plenárias do 18º Comitê Central;

— levar adiante de maneira coordenada as "quatro disposições estratégicas integrais" e manter a firmeza política;

— promover a administração integral e rigorosa do Partido conforme os seus regulamentos e regras, cumprir com a responsabilidade e as



Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da República Popular da China. (Foto: Diário do Povo)

estabelecer e aperfeiçoar o mecanismo de informação sobre a investigação de responsabilidades e de casos típicos. Devemos integrar a responsabilização com outros meios de supervisão e regularizá-la para que todos cumpram suas atribuições e a disciplina partidária de maneira efetiva.

Segundo, persistir sempre na melhora da conduta do Partido.

A questão da conduta é essencialmente uma questão sobre o espírito do Partido. Para nós comunistas, a conduta do Partido é um importante critério com que se mede a nossa convicção no marxismo, no socialismo e no comunismo, além da nossa lealdade ao Partido e ao povo. Devemos retificar qualquer violação das regras partidárias mediante a disciplina rigorosa e detectar e punir todo tipo de condutas nocivas, não importa quantas sejam e como elas se metamorfoseiam. Ao atermos à melhora da conduta do Partido, temos de "retornar à simplicidade original", "fortalecer nossa base e recuperar a vitalidade" e valorizar a excelente cultura tradicional da nação chinesa, ao mesmo tempo que consolidamos o espírito do Partido.

Aqui, gostaria de enfatizar a questão da conduta na vida familiar. Dentre os casos de corrupção investigados nos últimos anos, vemos que a conduta decadente na vida familiar foi um importante fator que incitou alguns quadros dirigentes a cometerem graves violações de disciplina partidária e da lei do Estado. Vários quadros dirigentes não estavam envolvidos apenas no tráfico de influência, como atuavam em convivência com seus familiares, que recebiam subornos nos bastidores, enquanto seus filhos, aproveitando-se da influência dos pais, se enriqueceram com atividades comerciais e bens ilegais. Alguns quadros dirigentes utilizavam sua rede de contatos e reputação, acumuladas ao longo da sua carreira profissional, para beneficiar economicamente seus filhos por meios ilícitos.

Não devemos subestimar os prejuízos deste tipo de comportamento. Como diziam os ditados antigos, "Quem quiser governar o país, deve primeiro pôr em ordem a própria família e endireitar o próprio comportamento", "um funcionário pode perder o emprego e ter a família arruinada se não controlar o comportamento do seu filho, genro e cunhado" e "o coração não deve ir contra a lei do universo, o comportamento deve servir de exemplo para as gerações futuras."

Os revolucionários da velha geração são exemplos para nós no cultivo da boa conduta familiar. Todos os quadros dirigentes devem dar destaque a essa questão, manter a integridade própria e de sua família, administrar bem a si próprios e, ao mesmo tempo, administrar bem seus cônjuges, filhos e funcionários com quem trabalham.

Leia a íntegra no site

atribuições contempladas pelo Estatuto do Partido e se focar na aplicação da supervisão, a execução da disciplina e a responsabilização;

— tratar tanto os sintomas quanto a raiz dos problemas, promover a inovação sistêmica e de mecanismos e completar as instituições e regulamentos;

— reforçar a supervisão dentro do Partido, colocar a disciplina em primeiro lugar, continuar implementando os "oito requisitos" formulados pelo Comitê Central do Partido;

— concentrar forças para resolver os problemas de práticas errôneas e de corrupção que acontecem no cotidiano das massas populares e reprimir resolutamente a tendência da expansão da corrupção;

— formar um contingente de profissionais de inspeção e supervisão disciplinares que sejam fiéis ao Partido, limpos e corajosos para honrar a responsabilidade.

Tudo isso objetiva novos resultados na melhora da conduta do Partido, na construção do governo limpo e no combate à corrupção.

Para lograr êxito nos trabalhos deste ano, devemos ater-nos aos seguintes aspectos:

Primeiro, respeitar o Estatuto do Partido e cumprir rigorosamente suas normas e regulamentos.

Para administrar integral e rigorosamente o Partido, devemos primeiro respeitar o seu Estatuto. O Programa Geral do Estatuto estipula que o Partido deve se administrar e se autodisciplinar com rigor. Esse é o princípio fundamental da construção partidária. O seu artigo 37º estabelece: "Os organismos do Partido têm a obrigação de aplicar a disciplina com rigor e defendê-la". Isso indica a exigência concreta sobre as responsabilidades principais. Os comitês do Partido em todos os níveis devem seguir a disposição estratégica sobre a administração integral e rigorosa do Partido tanto no pensamento quanto em medidas e colocar a disciplina em primeiro lugar. Se alguém cometer um erro, devemos criticá-lo e fazê-lo se envergonhar. Se alguém cometer erros graves, ação ou punição disciplinar deve ser aplicada pelas organizações partidárias. Os secretários dos comitês do Partido são os primeiros responsáveis e devem assumir a sua responsabilidade política pela administração integral e

rigorosa do Partido.

Não se deve recusar fazer o bem por mais insignificante que isso pareça, nem se deve praticar o mal por menor que ele seja. Se tivéssemos prestado atenção à disciplina rigorosa, quantos casos de violação da lei teríamos evitado?

No passado, costumávamos adotar uma atitude de "tolerância" e "condescendência" com as práticas errôneas, desde que estas não violassem a lei, mas se violassem a lei, deixávamos que a lei tratasse dos infratores.

Isso é uma atitude irresponsável para com o Partido e seus quadros. De acordo com a Força Aérea, para formar um piloto necessitamos investir nele um valor em ouro equivalente ao seu peso. Quanto custa, então, a preparação de um quadro dirigente a nível ministerial e provincial? Muitos dos nossos quadros começaram desde os níveis de base, ascenderam lentamente e cresceram na hierarquia, mas, finalmente, tomaram um passo errado e acabaram se arruinando. Há sempre indícios das irregularidades naqueles que violam a lei, por que não vamos ajudá-los a entender a essência de seu problema e resolvê-lo antes que seja tarde demais? Por isso, temos de colocar a disciplina em primeiro lugar.

Os dois documentos — "Normas do Partido Comunista da China sobre Integridade e Autodisciplina" e "Regulamento do Partido Comunista da China sobre Ação Disciplinar" — que entraram em vigor em janeiro deste ano, estipulam de maneira clara os critérios exigentes aos militantes e as regras para a administração e o disciplinamento do Partido.

Temos os critérios e as regras como espadas de ação disciplinar e supervisão na mão e devemos orientar as forças efetivas na sua implementação. Os comitês do Partido e as comissões de inspeção disciplinar em todos os níveis devem intensificar, em primeiro lugar, a supervisão e a inspeção sobre o cumprimento do Estatuto do Partido e a aplicação das linhas, diretrizes, políticas e decisões do Partido, especialmente sobre a implementação dos princípios orientadores do 18º Congresso Nacional do Partido e das 3ª, 4ª e 5ª sessões plenárias do seu 18º Comitê Central, bem como das importantes decisões do Comitê Central do Partido, de

modo a assegurar a coesão e a unidade de todo o Partido e a aplicação efetiva das ordens e políticas do Comitê Central.

O poder implica em responsabilidade e quanto maior o poder, maior a responsabilidade. Ao cobrar responsabilidades, não devemos atuar aos impulsos afetivos nem demonstrar piedade, mas trabalhar a sério e com firmeza para pôr em prática o papel dissuasivo da disciplina.

Em 2014, investigamos o caso de suborno nas eleições locais de Hengyang, província de Hunan, exigimos a responsabilização e aplicamos uma ação punitiva conforme as regras partidárias e administrativas para 467 infratores, dos quais 69 foram transferidos aos órgãos do Judiciário. No ano passado, investigamos o caso de compra de votos em Nanchong, província de Sichuan, aplicando sanções severas a todos os 477 envolvidos. Os dois casos foram de extrema gravidade e desafiaram nosso partido e nosso sistema democrático socialista. Ao investigar esses casos e exigir a responsabilização, mostramos de maneira bem clara nossa posição de investigar qualquer negligência e de aplicar a disciplina com rigor.

Este ano, vai começar a renovação das equipes de liderança locais. Temos de tornar mais rigorosas as disciplinas políticas e organizacionais e reforçar a exigência da responsabilidade e a supervisão para garantir um ambiente limpo e honrado nas eleições. Devemos investigar os casos típicos e cobrar responsabilidades de forma séria quando ocorrerem, em qualquer localidade, departamento e entidade, problemas como

— falta da liderança do Partido;

— desvio das linhas, diretrizes e políticas do Partido;

— falta de rigor e firmeza na administração e disciplinamento do Partido;

— falta de supervisão na seleção e utilização de pessoal;

— graves problemas como as "quatro condutas nocivas" e corrupção;

— ineficácia das visitas de inspeção disciplinar e da correção, entre outros.

Devemos exigir tanto a responsabilidade principal e a responsabilidade de supervisão, quanto a responsabilidade de liderança do nível imediatamente superior e de organismos partidários concernentes. É preciso aperfeiçoar e regulamentar os trabalhos de responsabilização,